

## PORTUGUESES NO MARANHÃO (1822-1889): ENSAIO SOBRE A IMIGRAÇÃO

Marcelo Vieira Magalhães<sup>1</sup>

Como lembra Massimo Bacci (2012), migrar é uma prerrogativa do ser humano, que movimentou caçadores e coletores, promoveu a dispersão da espécie por vários continentes, difundiu a agricultura, possibilitou “el asentamiento en espacios vacíos, la integración del mundo, la primera globalización del siglo XIX” (BACCI,2012). Na contemporaneidade, continuamos assistindo esse movimento de pessoas, de emigração, de imigração em todos os continentes, o que torna o debate atual e universal.

A imigração portuguesa para o Brasil, por exemplo, continua atraindo pesquisadores dos dois lados do Atlântico. O CEPES (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), na cidade do Porto, tem patrocinado eventos e publicações que envolvem investigadores de Portugal e do Brasil. Um exemplo recente foi o VIII Seminário Internacional “A Emigração Portuguesa para o Brasil”, acontecido no Porto, em 2012. Em 2009, foi o V seminário internacional “Entre Mares: o Brasil dos portugueses”, que aconteceu em Belém do Pará e proporcionou a apresentação de trabalhos de 17 universidades brasileiras e originou uma publicação com o mesmo nome.

No Brasil, a imigração portuguesa tem também ocupado pesquisadores de diversas regiões, com abordagens distintas, numa tentativa contínua de dar conta de toda a complexidade desse movimento. Assistimos recentemente a publicação de diversos artigos, mas também a edição de livros como: “Deslocamentos e História: os portugueses” (2008), organizado por Maria Matos, Fernando de Sousa e Alexandre Hecker; “Laços de Sangue: Privilégio e Intolerância á Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)” (2011), de José Mendes ou a reedição de “Portugueses na Bahia na Segunda Metade do Séc. XIX: Emigração e Comércio” (2011), de Tania Gandon.

---

<sup>1</sup> Doutorando do PIUDH (Programa Inter-Universitário de Doutorado em História-Portugal). Professor Assistente IV do Departamento de História da UERN/Assú.

Esses exemplos demonstram não só a relevância das migrações, como a importância do tema e/imigração portuguesa para o Brasil na historiografia portuguesa e brasileira.

O tema tem sido tratado de forma ampla, tanto em relação às abordagens, como às metodologias. Se no início a historiografia brasileira não se interessava pelos portugueses, privilegiando a imigração italiana e alemã, quando despertou atentou primeiramente para a:

...época dos descobrimentos, da colonização e da independência, quando o português desempenhava papel hegemônico no Brasil, provendo os quadros intelectuais, administrativos, religiosos e militares, quase monopolizando a propriedade da terra, controlando o comércio e o artesanato (LOBO, 2001, p. 11).

Outras características dessa produção no Brasil foram “os trabalhos estatísticos, o papel do imigrante na economia e na sociedade brasileiras, a rivalidade entre nacionais e lusos e a imagem recíproca” (LOBO, 2001, p. 12). Os historiadores que se dedicaram ao tema em São Paulo tentaram ir mais longe, ultrapassando essas abordagens e passando a privilegiar “o cotidiano, as atividades de trabalho (negócios, comércio, sucessos e insucessos e estratégias de sobrevivência), as resistências e as lutas” (MATOS, 2008, p. 100). Também passaram a notar as memórias e as práticas associativas (MATOS, 2008).

Para o Maranhão, não existem trabalhos que deem conta dessas perspectivas e nem de outras. Essas informações são fundamentais para percebermos quem eram os portugueses que optaram pelo estado, não tão atrativo quanto o Rio de Janeiro ou São Paulo, o Amazonas ou o Pará, a Bahia ou Pernambuco. Província que ainda no início do século XIX configurava como a quarta maior economia do Brasil<sup>2</sup>, mas que foi perdendo expressão no cenário da agro exportação. Por outro lado, essa desaceleração nas exportações não comprometeu a produção, que se voltou para o mercado interno e

---

<sup>2</sup>Entretanto, José Jobson Arruda adverte que os números referentes a exportação e importação do Maranhão estavam muito distantes do 3 colocado, a província de Pernambuco, significando a metade deste e menos da metade da Bahia, a 2 colocada, depois do Rio de Janeiro (ARRUDA, 1988, p.9-10)

para a economia campesina, como tem demonstrados os estudos desde a década de 1990<sup>3</sup>.

Ao longo do século XIX os produtores da província do Maranhão ainda voltaram a se beneficiar do contexto internacional e investiram na grande produção voltada para o mercado exterior, como durante a Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), exportando algodão para a Inglaterra.

Não passando de espasmos a grande unidade produtora foi degradingolando e as reclamações dos produtores giravam entorno de várias questões, sendo a principal a falta de mão de obra, já que o fim da escravidão se anunciava desde 1850 e os braços escravos começavam a escoar em direção às plantações de café no sudeste, alimentando o tráfico interprovincial<sup>4</sup>.

O problema da mão de obra foi debatido na assembleia provincial, nos jornais e nos botequins. A solução proposta não era diferente da que se assistia no Sudeste ou em outros estados do Nordeste, seria a imigração estrangeira, que além de alimentar as unidades produtoras com braços, civilizaria o trabalhador nacional, pouco afeiçoado ao trabalho, como defendiam muitos (FARIA, 2001).

Apesar da chegada de alguns asiáticos na província do Maranhão, o imigrante ideal deveria ser o europeu<sup>5</sup>. As tentativas para atraí-los se iniciaram ainda em 1827, quando na presidência da província estava Costa Barros, porém não foi adiante (VIVEIROS, 1992). Em 1841 outra tentativa, quando foi elaborada uma lei com esse fim, mas mais uma vez fracassou (FARIA, 2001). Na década de 1850 chegaram as “grandes” levas de imigrantes estrangeiros, cerca de 887 indivíduos, eram chineses, mas

<sup>3</sup>ASSUNÇÃO, Mathias Rorhing (2000), Exportação, Mercado Interno, Crises de Subsistência numa Província Brasileira, Estudos Sociedade e Agricultura, p. 32-71, CABRAL, Wagner(?), A Crise de Economia Agro-exportadora Escravista e a Transição para a economia Camponesa Mercantil no Maranhão (1870-1900), São Luís, Projeto de Pesquisa.

<sup>4</sup>O tráfico interprovincial do Maranhão com outras províncias teve início em 1846 com 140 escravos vendidos, dez anos depois chegava a 1361 indivíduos transferidos pra a outras regiões (VIVEIROS,1992)

<sup>5</sup>Alencastro e Renaux (1999) explica que no Brasil da metade do século XIX se constituiu duas maneiras de pensar o trabalhador estrangeiro, de um lado os proprietários de terras que necessitavam urgentemente de mão de obra independentemente da origem, do outro, a burocracia imperial, que via no trabalhador europeu o ideal, pois pra além do trabalho, civilizaria o nacional. Para estes o imigrante ideal viria preferencialmente de países católicos e monarquistas. No Maranhão, os defensores da imigração levantavam a bandeira do imigrante europeu como ideal pelos mesmos motivos dos burocratas do império.

principalmente portugueses, que vinha trabalhar em colônias<sup>6</sup>. As tentativas mais uma vez foram infrutíferas, desfazendo-se todas em pouco tempo. Só se teria notícia de outros engajados no final do século XIX, quando portugueses foram contratados na cidade do Portopara trabalharem numa fábrica na capital, a Fiação Rio Anil. O resultado foi catastrófico, uma série de desentendimento entre as duas partes gerou uma greve e finalmente o fim dos contratos, sendo que muitos abandonaram a fábrica, não se tendo notícias destes, outros permaneceram no trabalho, como “a família de Narciso, toda ela operária” (CORREIA, 2006, p. 193).

A vida desses portugueses não foi fácil, os que foram alocados nas obras do canal do Arapahy<sup>7</sup>, por exemplo, encontraram péssimas condições de trabalho e insalubridade. Um grupo de 44 portugueses, que parecem fazer parte dos 130 que desembarcaram em julho em São Luís como engajados<sup>8</sup>, caíram doentes nos 3 primeiros dias de trabalho, vindo a óbito 3 (MNE, consulado português no Maranhão, cx-01, 31/07/1855). A situação em que se encontravam era tão depreciativa, que foi necessária a intervenção do cônsul português junto ao presidente de província para encaminhá-los ao hospital. A descrição que a autoridade consular faz do local justificaria tantos doentes.

Terreno pantanoso, e clima doentio, que nem um homem nesta estação tem escapado a sua influência, cahindo com febres as quais deixão em tal estado de abatimento que por muito tempo ficão impossibilitados de trabalhar, e, por conseguinte sem recursos de subsistências (...) (MNE, cx-01, 31/08/1855).

Os motivos do fracasso das colônias são os mais variados, a do Arapahy, porque interrompeu suas obras em 1858; A de Maracassumé, que pretendia explorar ouro na comarca de Turiaçu com 40 chineses, decretou falência em 1860; A de Pericaú,

---

<sup>6</sup>Foram fundadas seis colônias, duas “operárias” e quatro “agrícolas”. O governo teve participação financeira nas do Arapahy, Santa Isabel e Petrópolis, as outras, Maracassumé, Santa Teresa e Pericaú foram montadas com recursos de particulares. Dos 887 estrangeiros, 77 foram cedidos a particulares. (MARQUES, 1970, FARIA, 2001)

<sup>7</sup> Pretendia-se escavar um canal que possibilitasse as embarcações evitarem o Boqueirão, famoso por causar naufrágios. A colônia, fundada em 1854, foi a que mais engajou estrangeiros, chegando a 368 indivíduos (FARIA, 2001)

<sup>8</sup>Em primeiro de setembro de 1855 é publicada num jornal local uma ordem de pagamento a Luiz da Serra Pinto por ter trazido 148 colonos para engajar nas obras do canal do Arapahy (Jornal Publicador Maranhense, 01/09/1855). Tudo indica ser o mesmo grupo, porém com números diferentes.

encerrou suas atividades com a deportação do seu criador em 1856, o português Bittencourt, acusado de assassinato<sup>9</sup>; A de Santa Teresa desapareceu depois de desentendimentos entre os colonos portugueses e os proprietários (FARIA, 2001).

O malogro das primeiras tentativas não desanimaram os entusiastas, durante todo o século XIX, leis, recursos financeiros e discursos animavam as esperanças dos que desejavam imigrantes estrangeiros, porém sem ir além de planos<sup>10</sup>. O fracasso das primeiras tentativas e da última em trazer trabalhadores portugueses não significou o fim do fluxo para o estado.

É verdade que em termos absolutos e mesmo relativos esse fluxo foi diminuto se comparada a de outros estados grandes receptores de imigrantes portugueses, porém, o Maranhão configurou durante a segunda metade do século XIX e início do XX como o sétimo maior contingente de portugueses no Brasil e o terceiro na região Nordeste, se levarmos em conta que os portugueses eram quase sempre o maior contingente em quase todos os estados e em quase todo o período<sup>11</sup>.

Estaria aí parte da explicação para o desinteresse da historiografia local<sup>12</sup>, pois apesar de bem colocado em relação ao Nordeste, comparando seu efetivo com o segundo colocado, Pernambuco, em 1872, representaria menos da metade.

Sabemos que no início do século XIX, um pouco antes da independência do Brasil, em 1819, o Maranhão possui uma população de aproximadamente 200 mil

---

<sup>9</sup>A correspondência do consulado português do Maranhão para o MNE, da a ideia de perseguição por parte das autoridades locais, pois segundo informam, Bittencourt foi absolvido das acusações e mesmo assim deportado.

<sup>10</sup> Foram elaboradas a Lei Provincial n. 312, de 24 de novembro de 1851, que incluía recursos para o transporte de colonos para a implantação de uma colônia agrícola; Lei n. 339, de 23 de dezembro de 1853, que criava a Caixa de Colonização; O Regulamento de 19 de abril de 1855, que fundava a Diretoria de Colonização da Província do Maranhão; Lei Provincial n. 793 de julho de 1866, que destinava recursos à imigração espontânea; Em 26 de junho de 1867, criava-se a Comissão Auxiliadora da Imigração e Colonização; Lei provincial n. 906, de 15 de julho de 1870, que criava a Sociedade Promotora da Colonização; Lei Provincial n. 1435, de 17 de abril de 1888. (FARIA,2001:180-195).

<sup>11</sup>Algumas dificuldades em acessar os censos brasileiros de 1890 e 1900 não permitem exposições mais exatas. Além disso os censos de 1890 e 1900 foram marcados por problemas. O primeiro pelas dificuldades de coleta, lacunas e imprecisões nos dados, o outro por “erros e omissões detectadas quando da divulgação dos primeiros resultados para o Rio de Janeiro” tendo como consequência o cancelamento deste e a realização de outro censo para a capital do Brasil, o que provocou desconfiança em relação aos dados que seriam divulgados (OLIVEIRA,2003,p.21).

<sup>12</sup>Podemos considera também as poucas e fracassadas tentativas em inaugurar uma corrente imigratória para a província.

habitantes, sendo 133.332 escravos (66,6%), segundo o Conselheiro Velloso de Oliveira (*A Igreja do Brasil*) (CENSO de 1920, 1920). Marcelo Galves (2010) por sua vez, calculou para os anos próximos da independência, entre os 30 mil habitantes de São Luís, 3.654 a população livre, branca, adulta e masculina. Não posso quantificar os portugueses entre estes, mas sabemos a partir dos viajantes Martius e Spix, que estiveram em São Luís no mesmo ano, que teria “relativamente muitos descendentes, sem mistura, de portugueses”(SPIX,1981, p.270).

Um censo realizado pelo consulado português em 1852 apontava 2120 indivíduos na província. É bem possível que o número seja bem maior, diante das dificuldades em se fazer um recenseamento em todo o estado, mesmo que o consulado contasse com diversos representantes no interior, como podemos perceber na correspondência com o MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros) de Portugal. De qualquer maneira é a primeira referência a quantitativos<sup>13</sup>.

O presidente da província Antonio Candido da Cruz Machado, muito preocupado com a contagem da população, aperfeiçoou os registros de nascimento e óbito no Maranhão e calculou para 1856a população maranhense em 360.000 (CENSO, 1920), ou seja, o contingente português representaria 0,58% da população da província. Em 1872, segundo o primeiro censo geral do império, marcado pelo esforço de contar a população com o mínimo de erros e pautado em princípios científicos, os portugueses contabilizavam 2166 indivíduos ou 0,60% da população, representariam ainda 41% dos estrangeiros na província, ficando atrás somente dos africanos (escravos e livres)<sup>14</sup>. Destes, 1.860 (85,8%) eram do sexo masculino e 306 do sexo feminino (14,1%). Em São Luís, eles eram 64,7% dos estrangeiros e 4,86% entre a população livre. Na cidade do Rio de Janeiro, segundo Lená Menezes (2006), em 1872 os portugueses representavam 76, 29% da população estrangeira e 24,74% da população livre. Comparando os números percebemos que a representatividade dos portugueses em

<sup>13</sup> A informação vem agregada á tabela do censo de 1881, sem maiores informações, não apresentado perfil e nem notícias de como ou porque teria sido realizado (PAXECO,2008)

<sup>14</sup>Se retirarmos os escravos, os portugueses representariam 62% dos estrangeiros no Maranhão e se ainda contabilizarmos somente a população branca estrangeira, sua representação sobe para 87%.

relação aos estrangeiros no Maranhão era também elevada, por outro lado, em relação a população livre era pequena, tendo como parâmetro ao que se assistia no Rio de Janeiro.

Em 1881, outro censo realizado pelo consulado a pedido da Sociedade Geográfica de Lisboa apontava 1268 portugueses (PAXECO, 1919). Não é possível saber a população total do estado naquele ano, mas sabemos que em 1890 era de 430.248 habitantes. A relação com a população caiu drasticamente, pois esta aumentou seu efectivo entre 1872 e 1890, enquanto a dos portugueses diminuiu. O censo de 1890 permitiu saber somente que a soma de todos os estrangeiros era de 606, sendo que 465 viviam em São Luís<sup>15</sup>. O número diminuto de estrangeiros está certamente relacionado com a grande naturalização de 1889, quando foram naturalizados compulsoriamente todos os estrangeiros residentes no império, salvo aqueles que declarassem formalmente a sua recusa. O cônsul português no Maranhão, Capela, afirmou no seu relatório de 1881 que os portugueses pouco se naturalizavam naqueles anos na província (PAXECO, 1919). Mendes (2011), por sua vez, referindo-se especificamente a naturalização de 1889 no Brasil diz que apesar da possibilidade de recusar a naturalização, poucos portugueses fizeram isso. A resistência maior parecia vir de fora, em 22 e 23 de maio de 1890, seis países europeus protestaram contra a Grande Naturalização (MENDES, 2011).

A partir daí só teremos informações sobre o número de portugueses em 1920<sup>16</sup>, quando estes somavam 625 (KLEIN, 1989) e finalmente em 1929, com 687 (SCOTT, 2001), número semelhante aos sírios e libaneses, que começaram chegar ao Brasil, e no Maranhão não foi diferente, no final do século XIX.

Se compararmos esses dados com os números do Brasil ou de outros estados a exemplo do Rio de Janeiro fica claro a fraca imigração não só portuguesa, mas a estrangeira, em termos numéricos. Por outro lado, a presença portuguesa no estado foi marcante desde a independência, seja no campo político, social ou econômico.

---

<sup>15</sup>O censo de 1890 não desagrega a população estrangeira por nacionalidade (SCOTT, 2001, p. 13).

<sup>16</sup>Fran Paxeco em 1913 comenta um censo “defeituoso” realizado em 1909, onde a população do estado seria de 660.000 habitantes, sendo que “das colônias estrangeiras, a mais numerosa e enraizada é a portuguesa, que se dissemina de um recanto a outro do Estado, e se estima em 2000 membros” (PAXECO, 2008, p. 140)

É bom lembrar que parte desses portugueses estiveram envolvidos na luta pela permanência do Maranhão vinculado a Portugal durante o processo da independência do Brasil<sup>17</sup>. Galves (2008), quando estuda as publicações no Maranhão durante o processo de independência e os anos seguintes aponta para a ausência de resistência á manutenção da ligação da província á Portugal, para ele havia uma população pouco disposta a ser libertada e uma imprensa com discurso uníssono a favor da antiga metrópole<sup>18</sup>.

Para esse historiador, não estava em causa somente os laços com Portugal, mas a “indicação a cargos públicos e a obtenção de privilégios (...), importantes fazendeiros e comerciantes que tinham relação próxima como governo provincial, e por vezes, chegavam a ocupar cargos públicos”(GALVES, 2008,p.1). A adesão finalmente conquistada gerou pouca euforia e participação:

Do lado de fora do Palácio havia poucas pessoas. A independência foi registrada com um simples replicar dos sinos, uma salva de tiros e o reconhecimento da ‘Bandeira Brasileira’. Muito pouco, se comparado ás multidões que celebraram a incorporação da cidade á Revolução do Porto (1821) e o nascimento dos membros da família real (GALVES, 2008, p. 3).

Com a adesão concretizada os principais membros do comércio da capital foram expulsos e acusados de financiar a resistência. Por outro lado, o prestígio de muitos desses portugueses foi confirmado não só pela sua permanência na província, como pela manutenção de seus cargos públicos (GALVES, 2006). Os anos que se seguiram foram marcados por acusações aos portugueses, mas também por pedidos de calma e tranquilidade, reclamando a união entre brasileiros e portugueses, como fez o Governador das Armas do Piauí em artigo publicado no jornal Censor Maranhense (08-02-1825, n. 3,p.24). Em outro artigo do mesmo jornal, um ano depois, outro articulista

---

<sup>17</sup>O Maranhão só aderiu ao Brasil em julho de 1823, depois de ter parte do seu território ocupado por forças a favor da independência e sua capital cercada por terra, por tropas deslocadas a partir do Piauí e Ceará e por mar, pelo almirante britânico Lord Cochrane.

<sup>18</sup> O autor percebeu na sua investigação que os discursos contrários a ligação do Maranhão a Portugal somente aparecem a partir de abril/maio de 1823, até então “os grupos que disputavam o poder na província não puseram em xeque a permanência do Maranhão no Império português” (GALVES, 2010,p.26).

apela á amizade entre portugueses e brasileiros e pede para esquecerem o passado (O Censor Maranhense, 02-02-1826,pg 145, n 09)<sup>19</sup>.

É notável que desde a instalação da Companhia de Comércio o Maranhão foi inserido na lógica capitalista transatlântica com maior vigor, os incrementos surgidos possibilitaram o aparecimento e crescimento de diversos comerciantes e produtores rurais, que se dedicaram principalmente ao plantio de arroz e algodão no final do século XVIII. Entre eles podemos destacar três casas comerciais portuguesas: José Gonçalves da Silva & Cia, Simplício Dias da Silva e Antonio José Meireles, Ferreira & Cia.

O primeiro, mais conhecido como o “Barateiro” esta melhor estudado e pode exemplificar a trajetória de alguns portugueses no final do século XVIII e início do XX<sup>20</sup>. José Gonçalves chega ao Maranhão em 1777 e já no início do século XIX era uma das grandes fortunas da província, acumulava prédios e fazendas agrícolas, com mais de 1500 escravos (VIVEIROS, 1992). No comércio, negociava provavelmente mercadorias portuguesas, que supria as necessidades dos abastados das cidade, pois segundo Caio Prado Junior, quando se refere aos portos de grande movimentação, incluindo o de São Luís, afirma que havia uma grande necessidade de “gêneros alimentícios de luxo, como o vinho, o azeite de oliva e outros; do sal, gênero estancado (...) e sobretudo manufacturas de metais, do ferro em particular” (JUNIORapud COSTA, 2011, p.06). O “Barateiro” também conseguiu crescer em prestígio não somente entre seus pares no Maranhão, mas também em Portugal, junto a coroa, de onde conseguiu arrancar uma série de vantagens, devido, entre outros motivos, estar sempre lembrando suas contribuições (COSTA, 2011).

Apesar de vários autores considerarem o final do século XVIII como o auge desse economia agro-exportadora, pode ser colocado entre 1800 e 1820 o seu melhor momento (VIVEIROS, 1992; GALVES, 2010).Seria a partir de 1808, com a chegada da família real ao Brasil, que o Maranhão aumentaria suas exportações, atraindo também negociantes ingleses (GALVES, 2010). Baseando-se em informações fornecidas por

---

<sup>19</sup>Ainda não é possível afirma categoricamente, mas tudo indica que partir de 1826 não encontramos mais (tantos) textos contrários aos portugueses nos jornais locais.

<sup>20</sup>Ariadne Costa estuda o “Barateiro” na sua dissertação de mestrado, defendida recentemente no programa de História da UFF- Brasil.

Antonio Bernardino Pereira Lago e Henry Koster, Marcelo Galves (2010) conclui que o melhor momento da província foi entre os anos de 1816 e 1820.

Henry Koster, quando de passagem pelo Maranhão em 1811, comparo-o a província de Pernambuco: “a província do Maranhão não pode sofrer confronto com a de Pernambuco. Ainda está numa idade infantil” (KOSTER, 2002, p. 301). Porém já notava que entre os motivos pelo “amor ao jogo” estaria o “pouco ou nenhum gosto pelas leituras, e as grandes somas de dinheiro (...)” (KOSTER, 2002, p. 312). Outro observador, Bernardo José Gama, em 1810, notou os contrastes da capital maranhense resumindo-a assim: “Há bastante daqueles edifícios nobres, e talvez desproporcionados ao resto da cidade, onde é notável não se acha mediania de fortuna, que aparecem em todas as cidades capitais, mas só uma opolência misturada no meio da maior riqueza” (GAMAapudGALVES, 2010,p. 37).

Parte considerável dessas fortunas que se fizeram com os negócios de exportação, importação e grandes casas de comércio eram de portugueses e se estenderam durante todo o século XIX e início do XX. Em 1825, em artigo no jornal Censor Maranhense, um português escrevia em defesa dos seus patrícios, lembrado que a agricultura não seria nada sem o comércio e que havia “caixeiros que tem bastante instrução, e que até alguns sabem sofrivelmente o francez, e alguns um bocado de historia e geografia mesmo sem hirem a Coimbra; e que raro é o que não escreve bem” (CENSOR MARANHENSE, 1825, n.01, p. 26). Mas adiante o autor afirma ter chegado a pouco de Coimbra e se dizia “pasmado vendo tantos edeficios belos, e muitos que vão se fazendo, que tornarão esta cidade tão formosa (CENSOR MARANHENSE, 1825, n.01, p. 27). Os edifícios aos quais se referia eram construções de propriedade de portugueses abastados, do ramo do comércio, eram palacetes e sobrados espalhados pelo centro de São Luís e que se destacavam na arquitectura geral pelo seu luxo.

Em outro artigo do mesmo periódico, um outro articulista calcula em “muitos mil” os portugueses no Maranhão, sendo alguns os maiores negociantes, proprietários e capitalistas (CENSOR MARANHENSE,24/01/1825, n. 02, p.113).

Os donos dessas fortunas constituídas nas cidades e possivelmente nas fazendas, que construíam belos sobrados e os decoravam com muito luxo, passaram a vislumbrar outros nichos de investimento, assistindo-se assim, “entre as décadas de 1850 e 1870, o capital mercantil acumulado na agroexportação dar seus primeiros passos na construção de um setor de serviços, a exemplo do que ocorria em outros pontos do país” (REIS, 2007, p.20). Sendo que um dos primeiros sectores a ser atendido foi o transporte fluvial a vapor, antiga reivindicação dos produtores rurais, que por falta de estradas, utilizavam canoas e barcos para escoar a produção em direção à São Luís.

Apesar da primeira tentativa, feita em 1837, não ter atraído os capitalistas, em 1849 foi feita uma segunda, oferecendo novamente ótimas vantagens aos que se aventurassem no empreendimento (FILHO, 2011). Ainda não foi possível perceber investidores portugueses, mas acredito na sua participação<sup>21</sup>. Mas em outros serviços já é possível notar sua presença, como na criação do Branco Hipotecario e Commercial do Maranhão, fundado em 1877, que tinha o português Crispim Alves dos Santos, como diretor e um dos acionistas majoritários. Crispim era ainda proprietário da casa comercial Crispim Santos & Cia e foi também co-fundador da companhia telefônica do Maranhão no final do século XIX. No romance *Vencidos e Degenerados*, de Nascimento de Moraes, escrito no início do século XX, onde o autor faz uma dura crítica a sociedade maranhense, aparece um personagem português, João Machado, vulgo “Palitó Queimado”, quitandeiro que vivia dentro do próprio estabelecimento, dormindo em rede e fumando cigarro barato. Machado tornaria-se anos mais tarde diretor do Bando Comercial, vivendo num sobrado, “com bonita iluminação: com gás a faltar. Candelabros de prata prontos e dispostos em todos os compartimentos principais” (MORAES apud ARAÚJO, 2011, p. 97).

O transporte urbano era outra grande necessidade. Temos notícia que o primeiro a investir nesse setor teria sido um negociante português, que recebeu autorização da Assembleia Provincial. O negócio não prosperou. Em 1870 foi aprovada pela Assembleia a construção de uma linha férrea urbana pelo negociante José Maria

---

<sup>21</sup>A dificuldade tem sido identificar pessoas e empreendimentos portugueses. A similaridade dos nomes é o grande complicador. Na tentativa de solucionar o problema tenho construído uma lista de portugueses e suas firmas com o intuito de facilitar a identificação. No caso de uma das companhias de transporte fluvial, Filho (2011) menciona uma lista de 140 acionistas, caso exista, provavelmente encontraremos portugueses entre eles.

Bernes, com projeto do engenheiro português Reinaldo Montoto, que orientou tecnicamente o trabalho.

Mas o ponto culminante da “modernização” do estado foi no final do século XIX, quando emergiu, quase de uma hora para outra um parque fabril composta por mais de 11 fábricas têxteis, sendo 9 em São Luís e inúmeras outras que produziam de quase tudo, pregos, velas e sabão. A “desenteria fabriqueira” como chamou o cônsul e intelectual português Fran Paxeco (1923). Elas surgiram a partir de fortunas de alguns e poupança de outros que contaminados pelo discurso de progresso embarcaram nesses investimentos. A população pobre não ficou de fora, participando das discursões em debates de botiquim ou esquinas, tomavam partido de uma ou outra fábrica, afinal, daí poderia sair um emprego, quem sabe. A abertura a visitas públicas geravam tanto transtorno que foram limitadas ao fim de semana ou extintas. Nos jornais, leitores escreviam se pronunciando contra ou a favor dos locais de instalação das unidades fabris, era uma febre que atingia a quase todos indistintivamente da condição social (CORREIA, 2006).

Para Caldeira (1988) não era o fim da escravidão, como queria Viveiros (1992) ou a destruição da agricultura (PAXECO, 1923) que mobilizava recursos para esses empreendimentos, mas a melhoria na situação da agro exportação.

Na propulsão desses empreendimentos, portugueses apareciam como grandes investidores, como foi o caso do já citado Crispim dos Santos, principal acionista da Fábrica de Tecidos Santa Isabel. Outros portugueses participaram como acionistas de diversos empreendimentos da mesma natureza.

Mas a inserção dos portugueses não se dava somente pelo viés econômico, mas também social, Viveiros (1992) registrou a participação de alguns na Associação Comercial do Maranhão desde sua fundação em 1878. Mas destacaríamos as sociedades beneficentes e associações fundadas por eles, que pareciam gozar de grande prestígio social, como se pode perceber na presença de autoridades locais e de parte das elites e possivelmente de pessoas menos abastadas, nas festividades promovidas, por exemplo, pela Sociedade 1 de Dezembro (Publicador Maranhense, 03-12-1872, p-2, n 207).

Essa entidade, fundada em 1862 contava em 1881 com 699 sócios (Publicador Maranhense, 15-01-1881, n 11, ff 2). Foi responsável pela fundação do Hospital Português em 1867, primeiramente com o objetivo de atender os portugueses necessitados. A entidade existe até os dias atuais e o Hospital foi arrendado à iniciativa privada muito recentemente. Outra instituição importante para os portugueses foi a Sociedade Patriótica, fundada em 1869, que tinha o objetivo de instruir os seus patrícios que no Brasil chegavam com pouca ou nenhuma instrução, eram ministradas aulas de português e francês. A Sociedade Patriótica, em 1872, convocava a sociedade a participar da entrega de prendas aos 16 alunos formados naquele ano, de uma turma de 40, no curso noturno, como informa um jornal local.

Anterior a estas foi o Gabinete Português de Leitura, fundado em 1853, “com o fim de disseminar o gosto pela leitura, propiciando ao público bons livros de sua opulenta e variada biblioteca, além de patrióticas sessões cívicas e conferências ilustradas” (VIVEIROS, 1992, p.393). O Gabinete no ano de sua fundação havia emitido 95 ações, cinco anos depois já eram 187 associados. Sua biblioteca foi sem dúvidas se não a maior do Maranhão naqueles tempos, uma delas, tinha em 1863, 8.634 volumes (VIVEIROS, 1992) e era aberta ao público em geral mediante pagamento módico. Outras existiram e desapareceram ainda no século XIX, como a Sociedade Beneficente Luso-Brasileira (1872), que era vinculada a Santa Casa da Misericórdia. No século XX podemos citar o Centro Republicano Português, inaugurado em 1911 com 20 sócios e que dois anos depois contava com mais de 90 (PAXECO, 2008). Outro exemplo é o Sport Club Luso- Brasileiro fundado em 1917. O número de associados cresceu tanto que foram formadas duas equipes de futebol. Em 1931 era inaugurado o Grêmio Lítero Recreativo Português, local de forte sociabilidade das elites e classes médias locais até a década de 1980.

Dentro dessas entidades não havia necessariamente unanimidade, como fica ilustrado em abril de 1874, quando um sócio indignado com a postura do falecido chefe do almoxarifado do Hospital Português, pede cuidado na escolha do novo ocupante do

cargos e explicita as qualidades que este deve ter e que faltava ao falecido<sup>22</sup>. A diretoria responde imediatamente no mesmo jornal tentando abafar o caso e pedindo para que esses assuntos fossem resolvidos internamente (PUBLICADOR MARANHENSE, 11-04-1872, p-02, n 09). Em setembro do mesmo ano, a Sociedade convoca reunião para eleger a comissão que reformularia o novo estatuto. A curta duração entre os dois primeiros estatutos pode estar relacionado com divergências internas, como sugere Fonseca (2009) ao estudar as sociedades beneficentes e de auxílio mútuo do Rio de Janeiro no início do século XX.

Mas essas associações poderiam ter uma outra dimensão além de socorrer os patrícios e proporcionar lazer e acesso a cultura natal. Elas serviriam como elo com a sociedade local, aproximando-os dos nacionais. Entendo que quando a Sociedade humanitária, mesmo atendendo somente portugueses, abria suas festividades, atraindo autoridades locais e parte da sociedade ou abrindo seus estabelecimentos a visitação pública e ainda publicizando seus atos e contas, esperam passar uma mensagem a sociedade, é uma estratégia, faz parte de um projeto. Nesse sentido, o papel das associações “simultaneamente funcionava na construção e no reforço de referenciais nacionais de Portugal, uma tendência que a literatura designa como *eticizante*, como no seu impacto enquanto veículo de *assimilação* dos imigrantes aos quadros culturais da sociedade receptora”. (CARREIRAS, Helena; MALAMUD, Andrés, ?, p.97).

Logo, a participação dos portugueses em empreendimentos modernizadores, tão desejados no Maranhão, mas que não possuía recursos e estrutura para fabricá-los e administrá-los, assim como a fundação de sociedades, que possibilitavam uma aproximação com a sociedade local e os casamentos com nacionais, podem ter contribuído para uma relação mais apaziguadora entre portugueses e maranhenses, mesmo quando se assistia em outras partes do país, como no Rio de Janeiro, a rivalidade e ataques em periódicos e agressões físicas. No Maranhão a relação teria sido mais amistosa, contribuindo para isso um diminuto número desses imigrantes e sua concentração no ramo do comércio, deixando outras atividades quase que exclusivamente aos nacionais. É claro que os portugueses tinham outras ocupações para

---

<sup>22</sup>Viscardi (2010) quando analisa a historiografia sobre o mutualismo no Brasil afirma que é comum serem veiculados nos jornais conflitos dentro das associações.

além de negociante ou caixeiro, como se pode notar nos anúncios de jornais<sup>23</sup>. Podemos citar ainda para o período de maior rejeição aos portugueses no Rio de Janeiro<sup>24</sup> a chegada e rápida ascensão dos sírios e libaneses no estado. Esse outro imigrante diferia muito do estrangeiro mais conhecido dos maranhenses, tinham uma constituição física diferente, uma “língua estranha” e se alimentavam de forma que os mais “civilizados” desconsideravam, pois comiam carne crua e com as mãos. É possível perceber através dos jornais a forte rejeição que parte da sociedade tinha desses imigrantes (MAGALHÃES, 2009)<sup>25</sup>. O próprio Nascimento de Moraes (2000), na obra já citada, trata os sírios e libaneses de forma diferente dos portugueses, quando em um episódio que acontece numa festa, dois homens conversam sobre eles e um deles conclui que prefere os caixeiros portugueses. Outro personagem de Moraes, quando menciona a imigração lamenta a ausência de holandeses e se queixa dos portugueses, sempre voltados para o comércio, porém se refere a eles como irmãos.

Tentei aqui demonstrar que apesar do pouco interesse da historiografia local pela imigração portuguesa para o Maranhão, existem possibilidades de análise muito instigantes e reveladoras da presença desses estrangeiros no estado.

## BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Filipe de; REANAUX, Maria Luiza. **Caras e modos dos migrantes e imigrantes** In: História da Vida Privada no Brasil: Império, v. 2, São Paulo: Companhia das Letras, pp. 11-94.1999.

ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida: a São Luís republicana na obra de José Nascimento de Moraes (1889-1920)**. Dissertação de fendida no programa de mestrado em História da UFRN, Natal, 2011.

ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

ASSUNÇÃO, Mathias Rorhing. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. São Paulo, pp. 32-71,2000.

---

<sup>23</sup>Nos jornais aparecem como pescadores, guarda livro da Misericórdia, carpinteiros, músicos, artistas.

<sup>24</sup>Seria do momento da independência e logo depois, o início do século XX e a década de 1920, como mostra Gladys Ribeiro (1994)

<sup>25</sup>Temos que considerar que os que escreviam nos jornais poderiam ser comerciantes, inclusive portugueses, que se sentiam ameaçados pela rápida ascensão, como aconteceu em São Paulo (TRUZZI,1994)



BACCI, Massimo Livi.**Breve Historia de la Migraciones.** Madrid: Alianza Editora, 2010.

CABRAL, Wagner.**A Crise de Economia Agro-exportadora Escravista e a Transição para a economia Camponesa Mercantil no Maranhão (1870-1900)**, São Luís, Projeto de Pesquisa.(?)

CALDEIRAS, José de Ribamar Chaves. **Origens de indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895): estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do Nordeste brasileiro no final do século XIX.** Salvador: Tese defendida no programa de doutorado em Ciências Sociais da USP, 1988.

CARREIRAS, Helena; MALAMUD, Andrés, **Associações Portuguesas, Integração Social e Identidades Coletivas: O Caso do Uruguai.** Disponível em: [.http://www.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Capitulo3portuguesesnoUruguai.pdf](http://www.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Capitulo3portuguesesnoUruguai.pdf) (Acessado em: 03/06/2013),(?)

CORREIA, Maria da Gloria.**Nos fios da trama: quem é essa mulher: cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís, na virada do século XIX.** São Luís: EDFMA, 2006.

COSTA, Ariadne Ketini.**Meus réis por uma mercê: privilégios e recompensas na trajetória do negociante luso-maranhense José Gonçalves da Silva (1777-1811).** São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2011.

FARIA, Regina Helena Martins de.**A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações.** Recife: Dissertação de mestrado em História defendida na Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

FILHO, Alan Kardec Pachêco. **Varando mundo: navegação no vale do rio Grajaú.** Niterói, Tese defendida no programa de História da UFF, 2011.

FONSECA, Vitor Marques da. **Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920.** Revista Migrações, Lisboa, n-05, pp. 221-237, 2009.

GALVES, Marcelo Cherche. **Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil.** Rio de Janeiro: XXII Encontro Regional de História- ANPUH, 2006.

\_\_\_\_\_.**Independência é traição, Revista de História.** Revista de História, Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/independencia-e-traicao>(Acessado em: 03/6/2013),2008.

\_\_\_\_\_. **Ao público imparcial e sincero: imprensa e independência no Maranhão (1821-1826)**. Niterói, Tese defendida no programa de doutorado em História da UFF, 2010.

KLEIN, Herbert S. **A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil no Fim do Século XIX e no Século XX**. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos de População, v. 06 n. 2, 1989.

KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Redefinindo identidades: o mundo do trabalho de libaneses e sírios na São Luís do início do século XX**. Goiania: V Simpósio Internacional de História: Culturas e Identidades, pp.01-12, 2011.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Fon-fon: Rio de Janeiro, 1970.

MARTINS, Ismênia de Lima e SOUSA, Fernando (Orgs). **Portugueses no Brasil: migrações em dois Atos**. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando e HECKER, Alexandre (orgs). **Deslocamentos e História: os portugueses**. Florianópolis: UDESC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Âncora de Emoções: a imigração portuguesa**. Cadernos CERU, v. 19, n. 1, pp. 99-112, 2008.

MENDES, José Sacherra R. **Laços de Sangue: privilégio e intolerância á imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.

MENEZES, Lená de Medeiros, **A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números ás trajectórias de vida**. Revista População e Sociedade, n. 14, pp. 103-120, 2006.

MORAIS, Nascimento. **Vencidos e degenerados**. São Luís: SIOGE, 2000.

OLIVEIRA, Jane Souto. **“Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Teixeira, 1923.

\_\_\_\_\_. **Portugal e o Maranhão**, São Luís: ?, 1919.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

PEREIRA, Conceição M., SOUSA, Fernando e MARTINS, Ismênia de Lima. **A emigração portuguesa para o Brasil**. Revista População e Sociedade. N- 14 e 15, parte I. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

\_\_\_\_\_. **A emigração portuguesa para o Brasil**. Revista População e Sociedade, Porto, n. 14 e 15, parte II, Edições Afrontamento, 2007.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís, 2007.

RIBEIRO, Gladys, Sabino. **“Porque você veio encher seu pandulho aqui?”: Os portugueses, o antilusitalismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha**. Analise Social, Lisboa, v. XXIX (127), pp. 631-654, 1994.

SCOTT, Ana Sivia Volp. **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)** Congreso de Historia Económica de Zaragoza. Zaragoza. 2001.

SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda; SIVA, Susana Serpa (2011), **Um passaporte para a terra prometida**. Porto: Fronteiras do Caos/ CEPESE, 2011.

\_\_\_\_\_, Ismênia de Lima e MATOS, Izilda. **Nas duas margens: os portugueses no Brasil**. Portugal: Edições Afrontamento/ CEPESE, 2009.

SPIX, Johann Baptist Von. **Viagem ao Brasil 1817-1820**. v.02, São Paulo: EDUSP, 1981.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1994

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: **algumas considerações historiográficas e metodológicas**. Revista Mundos do Trabalho, n. 4, pp. 23-39, 2010

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: ACM, 1992.